



# Anais da Assembléia

Nº 165

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** – 13: Ariando Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaçl Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademir Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** – 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania

(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 115.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1993  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix, Toti Colaço e Valderi Vilela (48).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Edson Silva Lino, João Iensen, Luiz Henrique Bona Turra e Nelson Justus (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PAULO MAIA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de Votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

Curitiba, terça, em 23.11.93

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

23 Senhores Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 090/93.

Curitiba, 17 de novembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas de custeio da própria entidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1,00 (REAL)	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO.
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I I
I	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I I		I I
I	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I I I		I I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 1232	IFACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO	I	I I I		I I
I	INORTE PIONEIRO	I	I I I		I I
I 2011	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I I
	IENSINO DE DIREITO EM JACAREZINHO	I 3120	001501I	1 000 000	I1009I
I	I	I 3131	001501I	400 000	I1009I
I	I	I 3132.03	1501I	500 000	I1009I
I	I	I 3132	081501I	1 000 000	I1009I
T O T A L				2 900 000	I

CANCELAMENTO		A N E X O		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1,00 (REAL)	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO.
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I I
I	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I I		I I
I	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I I I		I I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 1232	IFACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO	I	I I I		I I
I	INORTE PIONEIRO	I	I I I		I I
I 1149	IEDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA AI	I	I I I		I I
I	IFACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO	I	I I I		I I
I	INORTE PIONEIRO	I 4110	001501I	2 900 000	I1009I
T O T A L				2 900 000	I

MENSAGEM Nº 091/93.

Curitiba, 17 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 9.079.560,00 (nove milhões, setenta e nove mil, quinhentos e sessenta cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Ministério Público, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com equipamentos e mobiliários para adequação das Promotorias

de Justiça.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito su-

plementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 9.079.560,00 (nove milhões, setenta e nove mil, quinhentos e sessenta cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a

Curitiba, terça, em 23.11.93

cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAR AO ANEXO I		FL. 01		CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR	IN. DOI	IFROCI
6100	MINISTERIO PUBLICO	1 1 1 1		1	1
6101	MINISTERIO PUBLICO	1 1 1 1		1	1
2735	ADMINISTRACAO DOS SERVICOS DO MINISTERIO PUBLICO	1 1 1 1		1	1
		4120.0010011	9.079.560	110441	
		TOTAL	9.079.560	1	

SUPLEMENTAR AO ANEXO II		FL. 01		CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR	IN. DOI	IFROCI
6100	MINISTERIO PUBLICO	1 1 1 1		1	1
6101	MINISTERIO PUBLICO	1 1 1 1		1	1
2735	ADMINISTRACAO DOS SERVICOS DO MINISTERIO PUBLICO	1 1 1 1		1	1
		4261.001001R	9.079.560	110441	
		TOTAL	9.079.560	1	

MENSAGEM Nº 092/93

Curitiba, 17 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que, nos termos do art. 1º da Constituição Estadual, objetiva autorizar o Departamento de Estradas de Rodagem a ceder à Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, transformada em autarquia pela Lei nº 9663, de 16 de novembro de 1991, uma edificação em alvenaria (abrigo de passageiros) localizada no Porto de Passagem de Caiobá, nº de ordem 201.002.

O plano de lei ora encaminhado consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois, tal medida, virá ensejar condições no sentido de que a FESTUR instale, no referido imóvel, posto para atendimento ao fluxo de visitantes e turistas no litoral paranaense, através da estruturação da Central de Atendimento ao Turista.

Segundo disposições expressamente con-

tidas no anteprojeto de lei em referência, tal cessão vigorará até 31 de dezembro de 1994, podendo, mediante consenso entre as partes, ser prorrogada por quatro anos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado,  
em exercício.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, autorizado a ceder à Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, transformada em autarquia pela Lei nº 9.663, de 16 de novembro de 1991, uma edificação em alvenaria (abrigo de passageiros) localizada no Porto de Passagem de Caiobá, nº de ordem 201.002.

Art. 2º - A cessão de que trata esta lei vigorará até 31 de dezembro de 1994, podendo, mediante consenso das partes, ser

prorrogada por 4 (quatro) anos, ficando a Cessionária obrigada a utilizar tal imóvel exclusivamente para atendimento aos visitantes e turistas no litoral paranaense, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

##### OFÍCIOS

Sob os n.ºs DTL/SAT/366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375 e 376/93, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

397/93: De autoria do Deputado Erondy que, altera a redação do art. 1º da Lei n.º 10.156, de 02/12/92, que dispõe sobre a denominação do Instituto de Educação do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.520. **Anote-se - Arquivo-se.**

159/93: De autoria do Deputado Heinz Georg Herwig que, denomina Engenheiro Adolar Schultze, o trecho da PR-423 - Segmento da BR-476 (Araucária - Campo Largo, 28,4 km), o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.521. **Anote-se - Arquivo-se.**

456/93: De autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, denomina Doutor Diogo Emanuel de Almeida, o trecho da PR-153, que liga Imbituva a Irati, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.522. **Anote-se - Arquivo-se.**

440/93: De autoria do Deputado Neivo Beraldin que, declara de Utilidade Pública a Creche e Pré-Escolar "Crisálida", com sede e foro no Município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.523. **Anote-se - Arquivo-se.**

108/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Puxavante de Lidianópolis, com sede em Lidianópolis, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.524. **Anote-se - Arquivo-se.**

225/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e Infância de São João do Ivaí, com sede e foro no Município de São João do Ivaí - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.525. **Anote-se - Arquivo-se.**

358/93: De autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que concede o Título de Ci-

dadão Honorário do Paraná ao Senhor Pierino Gotti, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.526. **Anote-se - Arquivo-se.**

451/93: De autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Ortigueira, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.527. **Anote-se - Arquivo-se.**

428/93: De autoria do Deputado Antônio Costenaro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Barbosa Ferraz - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.528. **Anote-se - Arquivo-se.**

552/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 3.128.666,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.529. **Anote-se - Arquivo-se.**

507/93: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Mantenedora Saint Germain, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.530. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n.º DTL/SAT/360/93, do Senhor Governador em exercício, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 359/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo contrário ao interesse público, pois a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º DTL/SAT/361/93, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 273/93, de autoria do Deputado João Iensen, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º DTL/SAT/362/93, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 419/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo contrário ao interesse público, pois a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º DTL/SAT/363/93, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 420/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo inconstitu-

Sob o n° DTL/SAT/364/93, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 417/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo contrário ao interesse público, pois a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/SAT/365/93, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 053/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° ATCC 4902/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier ao Secretário de Estado da Saúde, pedindo esclarecimentos sobre "existência de empréstimo do FAS junto à Caixa Econômica Federal, para reforma do Hospital Geral do Portão". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 4935/93, do Senhor Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Neivo Beraldin ao Governador do Estado, pedindo esclarecimentos sobre "Programas Bom Emprego e Panela Cheia". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 4934/93, do Senhor Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Luiz Carlos Martins ao Governador do Estado, pedindo esclarecimentos sobre "Descontos para Fundo Previdenciário de Hortência de Souza Miranda". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 4539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 684/93, Mensagem 092/93, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o DER a ceder à FESTUR edificação em alvenaria, localizada em Caiobá.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) RENATO ADUR

Curitiba, terça, em 23.11.93

##### REQUERIMENTO N° 4540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 683/93, Mensagem 091/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar para o Ministério Público.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) RENATO ADUR

##### REQUERIMENTO N° 4541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 682/93, Mensagem 090/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar para a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) RENATO ADUR

##### REQUERIMENTO N° 4525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

##### REQUERIMENTO N° 4569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER seja pautado à Comissão Permanente de Fiscalização, para o devido parecer, o Projeto de Lei n° 655/93, constante da Mensagem Governamental n° 76/93, obedecendo o que dispõe o Art. 33, § 15, inciso I, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos

P. Deferimento.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

##### REQUERIMENTO N° 4528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-

nário, sejam enviados Votos de Pesar, à família Romaniuk, pelo passamento do Senhor Miguel Romaniuk, ocorrido no último dia 20 de novembro.

A comunidade ucraniana do Município de Irati, sofreu a perda de um dos seus líderes. Natural de Poleujane - Ucrânia, chegou ao Brasil com 16 anos de idade, residiu 50 anos em Irati, onde deixou suas marcas. Foi um dos fundadores da Igreja Ucraniana, e o Clube União Agrícola Instrutiva (Clube Ucraniano), em Irati.

Comerciante e industrial competente, contribuiu sobremaneira para o progresso de Irati.

Deixará, sem dúvidas, boas lembranças em nossos corações. A família enlutada as nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Marli Bueno Maciel, ocorrido em Ponta Grossa.

A Senhora Marli era uma pessoa do ramo empresarial bem relacionada com a sociedade, pessoa caridosa que olhava pelos desamparados, e que com certeza, muitos sentirão saudade, entre parentes e amigos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a família enlutada, na Rua Rui Barbosa, 215 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 4529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações às autoridades constituídas do Município de Inácio Martins, pela passagem, nesta quinta-feira, dia 25 de novembro, de seus 33 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São Carlos do Ivaí pelo transcurso do seu 37° aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo

Senhor Antônio Rubens Primão, Prefeito Municipal; ao Senhor Pedro Solera, vice-Prefeito; e a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 16 de dezembro/93, o Município de São Carlos do Ivaí estará comemorando seus 37 anos de emancipação política.

#### Histórico

A conquista pacífica da região situada na vasta bacia dos Rios Paranapanema, Tibagi, Pirapó e Ivaí, da antiga Província Paraguaia de Guaíra, constituiu motivo de estudos e planos do Rei de Espanha, logo após a assinatura do Tratado de Tordesilhas que demarcou a linha meridiana das terras em litígio pelas Coroas de Portugal e Espanha. Fixado o Meridiano, o Governo espanhol determinou as primeiras medidas necessárias à conquista das terras que, por direito, lhe deveriam pertencer.

Assim, na época, já existiam na província de Guaíra (Paraná) as povoações oficiais espanholas de Ontiveros, Ciudad Real del Guaíra e Vila Rica do Espírito Santo, além de treze aldeamentos de índios, conhecidos pelas denominações de "reduções", fundadas e administradas pelos Padres da Companhia de Jesus.

Dessas reduções foram fundadas, às margens do Rio Ivaí ou de seus afluentes, as de Santo Antônio, São Tomé, Los Angeles, São Paulo e Jesus Maria.

Nelas os missionários espanhóis desenvolveram o seu apostolado, pelo espaço de mais de setenta anos, até que, em 1629, as cidades e reduções castelhanas foram totalmente destruídas pelas bandeiras paulistas de Manoel Preto e Raposo Tavares, que reconquistaram o território para a Coroa Portuguesa e, conseqüentemente, para o Brasil e para o Paraná. Foi essa a primeira tentativa malograda de catequização do indígena, de conquista da terra e de dominação do aborígene. Depois a região caiu no esquecimento e no abandono, visitada, apenas, de vez em quando, pelos bandeirantes, nas suas "entradas" pelo sertão do Ivaí e adjacências.

Somente muitos anos mais tarde foi que a colonização da imensa região voltou a ser objeto de estudos, de planos e de novas investigações, época em que os selvagens já haviam desaparecido virtualmente das terras de que por longos anos foram os únicos donatários.

Essa obra de desbravamento e colonização da extensa região conhecida pelo nome de Norte do Paraná encontrou em Manoel Ribas, quando Interventor Federal no Estado,

grande e entusiasta, que dirigiu um caloroso apelo aos fazendeiros e pecuaristas do Paraná, no sentido de voltarem as suas vistas para aquela zona. Isso se deu em 1944.

Atendendo a esse apelo, o Dr. Silas Pioli, Engenheiro Civil e homem de grandes iniciativas, requereu ao Governo do Estado a concessão de uma área de 2000 hectares de terras, com o objetivo de transformá-la numa fazenda mista de criação de gado e plantação de café. Já em 1946 Silas Pioli havia plantado uma área de 80 alqueires de terras em pastagens e aberto uma rodovia desde o final da Estrada Paranhos até o Rio Ribeiro Anhumai ou Capelinha, à margem da qual formou a primeira cultura de pastagem artificial.

O Dr. Silas era construtor em Curitiba e desejava, como homem de iniciativa, dedicar-se a outras atividades. Atendendo ao apelo de Manoel Ribas, tendo sido beneficiado com a concessão de 2.000 hectares de terras fertilíssimas, na prodigiosa região do Norte do Paraná deu início à abertura de estradas naquela região, iniciando a cultura do café e a criação de gado, em pequena escala. Notou, entretanto, que a área que lhe fora concedida era demasiado grande para os seus recursos, pois que havia investido somas elevadas e lutava com a falta de braços, e com a pouca experiência nas novas atividades. Decidiu então promover o loteamento da Fazenda São Carlos do Ivaí, de sua propriedade, situada no interior do Município de Mandaguari. Daí a idéia de formar um patrimônio, com a demarcação e planejamento da futura cidade de São Carlos do Ivaí. A venda rápida dos primeiros lotes, as dificuldades ambientais vencidas, a falta de meios de abastecimento e subsistência dominada contribuíram para que Silas Pioli transformasse a sua gleba em rico e próspero patrimônio e, deste, evolvesse para a fundação de uma cidade.

Em 1949, após haverem sido tituladas as terras, a idéia da fundação de uma cidade já estava concretizada, de acordo com o projeto do engenheiro, seu idealizador, tendo sido demarcada uma área de 2.500.000 metros quadrados para o seu perímetro urbano. Por volta do ano de 1950 chegaram a São Carlos do Ivaí os primeiros compradores de "datas", onde já se encontravam os velhos posseiros: Pedro Roque, os Albanos, Antônio Mathias, João Poito e o velho Porfírio, que foram os primeiros a penetrar a região através da picada aberta pelos agrimensores de Silas Pioli. Foram os pioneiros de uma grandiosa obra os que primeiro vieram para permitir aos que chegassem depois maiores facilidades e confortos, encontrando a floresta já em início de desbravamento. Com essa gente foi aber-

Curitiba, terça, em 23.11.93

ta, em 1951, a primeira rua e construída meia dúzia de casas de madeira no perímetro urbano do patrimônio, futura cidade de São Carlos do Ivaí. Nessas casas, Batista Bego, Segismundo Iguacewski, Alípio Rodrigues e Waldomiro Roda estabeleceram as primeiras casas comerciais. Já nessa época, Ginez Serrano e João Pinto possuíam armazéns nas cercanias da futura cidade. A excelência das terras roxas do Norte do Paraná contribuíram de maneira notável, para o desenvolvimento do patrimônio. Fazendas de café e imensas plantações de cereais surgiram ao derredor da povoação, formando vasto e rico "cinturão verde" que garantia e assegurava a estabilidade do centro urbano então nascente.

Em 1953 as grandes geadas formadas na região setentrional do Paraná arrefeceram temporariamente o entusiasmo dos colonos, mas um ano depois já se reiniciava, com novo vigor, a febre do plantio e, em 1955, ao ser o patrimônio de São Carlos do Ivaí elevado à categoria de distrito administrativo, já se encontravam em formação nada menos de cinco milhões de pés de café.

Pela Lei Estadual nº 2565, São Carlos do Ivaí era elevado à categoria de município autônomo, desmembrado dos territórios das novas comunidades de Paraíso do Norte e Tamboara.

Ao proceder-se a sua instalação oficial, pouco tempo depois, foi empossado o primeiro Prefeito Municipal, Senhor Waldomiro Roda e instalada a respectiva Câmara de Vereadores sendo os seguintes: Reinaldo Tessaro, Máximo C. de Freitas, João Gonçalves Labor, Ettore Primon, João Francisco Peixoto, Domingos G. Dias, David Canassa, Hélio Zacariotti e João Borvino e investidas as demais autoridades municipais.

Realizou-se assim o grande sonho do Dr. Silas Pioli, novo bandeirante do progresso e do engrandecimento, que também foi Prefeito de São Carlos do Ivaí, e, atendendo ao apelo de Manoel Ribas, conseguiu erigir às margens históricas do Ivaí um grande centro populacional, novo marco de civilização - a Cidade de São Carlos do Ivaí.

Atualmente vem sendo administrada pelo Prefeito Antonio Rubens Primão, que com muita garra vem desempenhando com honestidade e segurança, a importante função de dirigir os destinos de São Carlos do Ivaí que, temos plena certeza, continuará crescendo tanto no setor industrial, comercial e agrícola.

É com muito orgulho que a população de São Carlos irá comemorar no próximo dia 16/12/93 seus 37 anos.

Por toda a dedicação, trabalho e esforço do povo de São Carlos do Ivaí, ao

longo de todos esses anos, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, representante da região, registra este voto na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

## REQUERIMENTO N° 4547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Lions Clube de Ponta Grossa - Vila Velha, que comemora 24 anos de existência.

O Clube vem ao longo de 24 anos de sucesso, realizando várias promoções, dando alegria e descontração aos seus associados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Lions Clube de Ponta Grossa - Vila Velha, em nome de seu Presidente, Joarez Portela, aos sócios e funcionários.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 4526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, para que seja autorizada a abertura de Concurso Público com a finalidade de preencher 30 vagas de Delegados de Polícia Civil do Estado, visando o atendimento das Delegacias de Polícias Regionais e Sub-Delegacias subordinadas às mesmas, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões em 23.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## JUSTIFICATIVA:

Tal expediente prende-se ao fato de que as Delegacias de Polícias Regionais e Sub-Delegacias acham-se em escassez de material humano qualificado para o desempenho do poder de polícia, que emana do Estado, visando o atendimento da população em suas reivindicações, face ao crescente índice de criminalidade no Estado.

## REQUERIMENTO N° 4549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao DD. Governador do Estado, para que seja autorizada a abertura de Concurso Público com a finalidade de preencher 30 vagas de Delegados de Polícia Civil do Estado, visando o atendimento das Delegacias de Polícias Regionais e Sub-Delegacias subordinadas às mesmas, no Estado

do Paraná.

Sala das Sessões em 23.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## JUSTIFICATIVA:

Tal expediente prende-se ao fato de que as Delegacias de Polícias Regionais e Sub-Delegacias acham-se em escassez de material humano qualificado para o desempenho do poder de polícia, que emana do Estado, visando o atendimento da população em suas reivindicações, face ao crescente índice de criminalidade no Estado.

## REQUERIMENTO N° 4527

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao MD. Secretário de Segurança Pública, Doutor Moacir Favetti, para que apoie e analise as reivindicações salariais da Polícia Civil do Estado, que está sendo denunciada pelo Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná - SINCLAPOL.

Sala das Sessões em 23.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## JUSTIFICATIVA:

Tal expediente prende-se ao fato de que as classes policiais cíveis do Estado do Paraná encontram-se com alta defasagem salarial, em virtude da inflação que assola o país, inviabilizando uma vida digna e correta de nossos policiais cíveis, ensejando sobremaneira a corrupção, ora tão combatida pelas nossas lideranças políticas.

## REQUERIMENTO N° 4550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao MD. Governador do Estado, para que apoie e analise as reivindicações salariais da Polícia Civil do Estado, que está sendo denunciada pelo Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná - SINCLAPOL.

Sala das Sessões em 23.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## JUSTIFICATIVA:

Tal expediente prende-se ao fato de que as classes policiais cíveis do Estado do Paraná encontram-se com alta defasagem salarial, em virtude da inflação que assola o país, inviabilizando uma vida digna e correta de nossos policiais cíveis, ensejando sobremaneira a corrupção, ora tão combatida pelas nossas lideranças políticas.

## REQUERIMENTO N° 4536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Itamar Franco, Presidente da República, solicitando:

"Senhor Presidente. É do conhecimento de Vossa Excelência que o desenvolvimento de um país, entre outros fatores, depende da malha viária (rodo ou ferroviária).

A grande maioria dos países desenvolvidos têm por base a ferrovia. E as mesmas são estatais. Só países atrasados e subdesenvolvidos ou dependentes do primeiro mundo desejam a privatização deste meio de transporte.

Preocupados com a privatização das ferrovias é que apelamos a Vossa Excelência no sentido de impedir o "repasse" das mesmas para o setor privado.

Se a União não deseja manter sob sua responsabilidade as ferrovias hoje sob sua jurisdição, que as repasse aos Estados, como é a reivindicação feita pelo Sr. Governador do Estado do Paraná, através do Ofício ATG 0827/93."

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) DR. ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 4543

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua 1, localizada no Conjunto Moradias Orquídea, no bairro do Xaxim, quanto a intensificação de segurança nas proximidades.

Os moradores vivem apreensivos devido a existência de muitos ladrões no local.

Pedem que o seu pedido seja atendido, procurando-se evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4544

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de que os serviços prestados por essa empresa atendam os moradores da Rua Maria Conceição, localizada na Vila Camargo.

O pedido foi feito pelos moradores desta rua, os quais afirmam que não são beneficiados por tal serviço, dificultando muito a vida de todos.

Pedem que o seu pedido seja atendido, uma vez que este serviço de utilidade pública é muito importante para toda a comunidade.

Curitiba, terça, em 23.11.93

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4546-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da COPEL, Sr. João Carlos Cascaes, solicitando a razão pela qual as tarifas comerciais aumentaram 113% em apenas 60 dias.

O reajuste foi considerado absurdo pelos comerciantes, que não estão conseguindo manter o quadro de funcionários, criando assim uma contradição com a propaganda tática do governo estadual, de atender a comunidade.

Solicitamos que este aumento seja revisto, para que mais indústrias não venham a diminuir seu quadro de funcionários, aumentando ainda mais o índice de desemprego no país.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 4551-A

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 4552

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 4553

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, soli-

citando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Tapejara.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4554

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, o Município de Ivaté.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4555

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4556

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4557

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4558

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Vitorino.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4559

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4560

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4561

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Figueira.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4562

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4563

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Pinhalão.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4564

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Jaboti.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4565

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão no Programa Casa da Madeira, do Município de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4566-A

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional - COHAPAR, solicitando a construção de 50 (cinquenta) Casas Populares (Casa da Família), para atender os funcionários do 17° Distrito Rodoviário em Cruzeiro do Oeste, com aquisição de terreno.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4537

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de Pedido de Informações ao Senhor Rafael Iatauro, Presidente do Tri-

Curitiba, terça, em 23.11.93

bunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando:

- Lista de todas as entidades públicas, privadas, fundacionais, filantrópicas ou não, que receberam verba de subvenção social no período de 1987 a 1993.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 4538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de Pedido de Informações ao Senhor Luiz Carlos Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, solicitando:

- Lista de todas as entidades públicas, privadas, fundacionais, filantrópicas ou não, que receberam verba de subvenção social no período de 1987 a 1993.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 4568

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de Pedido de Informações a Sua Excelência Governador do Estado, sobre matéria de competência da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná - COPEL, conforme quesitos assim formulados:

1. Que municípios procederam, desde 01.01. 1992, a alienação de ações de que eram titulares junto à COPEL?

2. Qual o procedimento adotado por cada município para a alienação das ações?

3. Qual a data das transferências das ações aos adquirentes?

4. Qual o valor de patrimônio líquido das ações da COPEL, em dólares americanos (câmbio comercial)?

5. Qual o valor obtido pelos municípios, em dólares americanos (câmbio comercial), caso a caso?

6. Quais os adquirentes das ações de que eram titulares os municípios, caso a caso?

7. Das ações transferidas pelos municípios, especificar as ordinárias e as preferenciais, em cada município, procedendo ainda, a totalização.

8. Das ações ainda controladas pelos municípios, especificar a distribuição entre ordinárias e preferenciais.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 685/93

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação Criança Renal", com sede e foro na Cidade de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A "Associação Criança Renal" de Curitiba, fundada em 22.10.92, registrada no 1º Ofício, Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Títulos e Documentos, sob o nº 657229, de Curitiba. Inscrito no CGC/MF sob nº 68672054/0001-37.

A entidade não remunera em hipótese alguma os diretores, chefes de departamentos, associados ou conselheiros, conforme o que dispõe o Artigo 28 do Estatuto Social.

De acordo com o relatório anexo, verifica tratar-se de entidade cuja finalidade é dar assistência às crianças com problemas renais.

Com o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual, poderá adquirir um maior espaço na área.

PROJETO DE LEI Nº 686/93

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", de Sertãoópolis - APMI, com sede e foro no Município de Sertãoópolis - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", de Sertãoópolis, inscrita no CGC/MF nº 78.294.196/0001-61, fundada em 21.04.81, no Município de Sertãoópolis-PR, tem desenvolvido um trabalho de assistência a população carente, criando e mantendo o Clube de Mães, etc.

De acordo com o Parágrafo Único do Art. 10 e Parágrafo Único do Art. 11 do Estatuto Social, a entidade não remunera os integrantes do Conselho Consultivo, bem como os integrantes da Diretoria.

Conforme relatório anexo, a entidade faz jus ser reconhecida de Utilidade Pública Estadual, podendo usufruir de direitos advindos.

PROJETO DE LEI Nº 687/93

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a ceder em doação o veículo "Caravan Ambulância/89", placas BY 7378, de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, cedido em comodato à Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Saúde do Paraná, cedeu em comodato à Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa - Paraná, o veículo "Caravan Ambulância/89", placas BY 7378, que tem suprido em parte o atendimento à saúde daquela entidade.

Ocorre que, com o veículo cedido em comodato, fica a entidade insegura quanto a investimentos necessários à manutenção e conservação do veículo, não tendo certeza da permanência do mesmo.

O presente projeto visa assegurar à entidade a segurança necessária quanto a investimentos, responsabilidades, cuidados, conservação e uso adequado do veículo.

PROJETO DE LEI Nº 688/93

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a ceder em doação o veículo "Kombi Passag/86", placas BO 8777, de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, cedido em comodato ao Asilo São Vicente de Paula, de Joaquim Távora - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Saúde do Paraná, cedeu em comodato ao Asilo São Vicente de Paula, de Joaquim Távora - Paraná, o veículo "Kombi Passag/86", placas BO 8777, que tem suprido em parte o atendimento à saúde daquela entidade.

Ocorre que, com o veículo cedido em comodato, fica a entidade insegura quanto a investimentos necessários à manutenção e conservação do veículo, não tendo certeza da permanência do mesmo.

O presente projeto visa assegurar à entidade a segurança necessária quanto a investimentos, responsabilidades, cuidados, conservação e uso adequado do veículo.

PROJETO DE LEI N° 689/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

Curitiba, terça, em 23.11.93

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a ceder em doação veículos de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, que encontram-se em regime de comodato, às Prefeituras Municipais que especifica, conforme Anexo I.

Veículos de Propriedade do Instituto de Saúde do Paraná,  
cedidos a Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

ANEXO I

ITEM	PREFEITURA MUNICIPAL	MODELO	PLACA
1	Abatiá	GM Caravan Ambul/82	BE 1257
2	Altônia	GM Caravan Ambul/88	BV 1143
3	Alto Paraná	GM Caravan Ambul/88	BX 4355
4	Alto Piquiré	GM Caravan Ambul/88	BX 4244
5	Ampére	GM Caravan Ambul/89	BY 7372
6	Antonio Olinto	GM Caravan Ambul/89	BY 7375
7	Antonina	Fiat Panorama/80	CV 2307
8	Antonina	GM Caravan Ambul/88	BV 1163
9	Antonina	VW Kombi Passag/88	BT 8067
10	Arapoti	VW Kombi Passag/88	BB 4975
11	Assaí	GM Caravan Ambul/89	BY 7535
12	Astorga	GM Caravan Ambul/88	BX 4134
13	Bandeirantes	GM Caravan Ambul/89	BF 7534
14	Barracão	GM Caravan Ambul/88	BX 4967
15	Bela Vista do Paraíso	GM Caravan Ambul/89	CD 1235
16	Boa Vista da Aparecida	GM Caravan Ambul/88	BX 4966
17	Cafeara	GM Caravan Ambul/88	BX 4135
18	Cafelândia	GM Caravan Ambul/88	BX 4968
19	Cambará	VW Kombi Passag/86	BO 0698
20	Campina da Lagoa	GM Caravan Ambul/88	BX 4423
21	Campo Bonito	GM Caravan Ambul/82	BE 1287
22	Campo Mourão	GM Caravan Ambul/89	BY 7533
23	Campo do Tenente	VW Kombi Passag/82	BD 7269
24	Campo do Tenente	GM Caravan Ambul/89	BY 7374
25	Cantagalo	GM Caravan Ambul/88	BX 4974
26	Carlópolis	VW Kombi Passag/82	CA 3823
27	Carlópolis	GM Caravan Ambul/88	BV 2881
28	Catanduvas	GM Caravan Ambul/88	BX 4964
29	Cianorte	GM Caravan Ambul/89	BY 8645
30	Cidade Gaúcha	GM Caravan Ambul/89	BY 7370
31	Congonhinhas	GM Caravan Ambul/88	BX 4179
32	Conselheiro Mairinck	GM Caravan Ambul/88	BV 2872
33	Contenda	GM Caravan Ambul/88	BX 4976
34	Curitiba	VW Gol/88	BT 8347
35	Curitiba	VW Gol/88	BT 8367
36	Curiúva	GM Caravan Ambul/88	BV 2871
37	Diamante d'Oeste	GM Caravan Ambul/82	BE 1267
38	Enéas Marques	GM Caravan Ambul/89	BV 7538
39	Fazenda Rio Grande	VW Kombi Ambul/83	CB 5663
40	Figueira	GM Caravan Ambul/89	BU 7490
41	Floresta	GM Caravan Ambul/89	BX 4421
42	Florestópolis	GM Caravan Ambul/88	BX 4236
43	Grandes Rios	GM Caravan Ambul/88	BX 4153
44	Guapirama	GM Caravan Ambul/88	BU 7470
45	Guaraci	GM Caravan Ambul/88	BX 4150

46	Ibiporã	GM Caravan Ambul/88	BX 4148
47	Iguaraçu	GM Caravan Ambul/88	BS 4143
48	Iguaraçu	VW Kombi Ambul/83	CB 5653
49	Inácio Martins	GM Caravan Ambul/82	BE 2668
50	Inajá	GM Caravan Ambul/88	BX 4288
51	Indianópolis	GM Caravan Ambul/88	BX 4132
52	Irati	VW Kombi Ambul/83	CB 5673
53	Iretama	GM Caravan Ambul/88	BX 4420
54	Itaúna do Sul	GM Caravan Ambul/88	BX 4287
55	Ivaí	GM Caravan Ambul/88	BX 4971
56	Ivaiporã	GM Caravan Ambul/88	BY 8644
57	Jaboti	VW Kombi Ambul/83	BY 7540
58	Jaguariaíva	VW Gol/84	BF 7553
59	Jaguariaíva	GM Caravan Ambul/88	BX 4269
60	Jandaia do Sul	GM Caravan Ambul/88	BX 4359
61	Janiópolis	GM Caravan Ambul/88	BX 4419
62	Jataizinho	GM Caravan Ambul/89	BZ 5933
63	Joaquim Távora	GM Caravan Ambul/82	BV 2882
64	Jundiá do Sul	GM Caravan Ambul/88	BU 7450
65	Kaloré	GM Caravan Ambul/88	BX 4358
66	Londrina	VW Kombi Passag/88	BT 3617
67	Lupionópolis	GM Caravan Ambul/88	BX 4292
68	Mamborê	GM Caravan Ambul/88	BX 4418
69	Mangueirinha	GM Caravan Ambul/88	BX 4853
70	Mangueirinha	VW Fusca 1300/82	BA 8192
71	Maria Helena	GM Caravan Ambul/88	BX 5398
72	Marilândia do Sul	GM Caravan Ambul/88	BU 7420
73	Mariluz	GM Caravan Ambul/88	BX 5395
74	Marmeleiro	GM Caravan Ambul/89	BY 7369
75	Matinhos	VW Kombi Passag/86	BO 0688
76	Medianeira	GM Caravan Ambul/88	BX 4965
77	Moreira Sales	GM Caravan Ambul/88	BX 4870
78	Morretes	GM Caravan Ambul/89	BY 7371
79	Nova América da Colina	GM Caravan Ambul/89	BY 7537
80	Nova Aurora	GM Caravan Ambul/88	BX 4975
81	Nova Esperança	GM Caravan Ambul/88	BX 4289
82	Nova Olímpia	GM Caravan Ambul/88	BX 4357
83	Nova Santa Bárbara	Ford Belina/82	BC 7626
84	Nova Tebas	GM Caravan Ambul/82	BE 1277
85	Palmas	GM Caravan Ambul/88	BV 4061
86	Palmas	VW Kombi Passag/82	BD 7259
87	Palmas	VW Fusca 1300/82	BD 8069
88	Paranaguá	VW Kombi Pick-Up/88	BT 5697
89	Paranaguá	VW Gol/86	BO 0208
90	Paranaguá	VW Kombi Passag/86	BO 0168
91	Paranaguá	GM Caravan Ambul/89	BY 7532

92	Paranavaí	GM Caravan Ambul/89	BY 8641
93	Pato Branco	VW Kombi Passag/88	BT 0939
94	Pérola do Oeste	GM Caravan Ambul/89	BY 7540
95	Pinhalão	GM Caravan Ambul/89	BU 7590
96	Piraquara	GM Caravan Ambul/88	BX 4854
97	Pitanga	GM Caravan Ambul/88	BX 4973
98	Pitangueiras	GM Caravan Ambul/82	BE 2648
99	Planalto	GM Caravan Ambul/88	BX 4977
100	Porto Amazonas	GM Caravan Ambul/89	BY 7376
101	Porto Rico	GM Caravan Ambul/88	BX 4145
102	Primeiro de Maio	GM Caravan Ambul/88	BX 4291
103	Prudentópolis	GM Caravan Ambul/88	BX 7460
104	Quatiguá	GM Caravan Ambul/88	BU 7480
105	Quitandinha	GM Caravan Ambul/88	BY 7377
106	Realeza	GM Caravan Ambul/88	BX 4554
107	Ribeirão do Pinhal	GM Caravan Ambul/88	BU 7340
108	Roncador	GM Caravan Ambul/88	BX 4461
108	Rosário do Ivaí	GM Caravan Ambul/89	BY 8643
110	Sabáudia	GM Caravan Ambul/88	BX 4268
111	Santa Isabel do Oeste	GM Caravan Ambul/89	BY 7539
112	Santa Tereza do Oeste	GM Caravan Ambul/88	BV 1103
113	São Jerônimo da Serra	GM Caravan Ambul/88	BX 4556
114	São José da Boa Vista	GM Caravan Ambul/88	BU 7440
115	São José das Palmeiras	VW Kombi Ambul/83	CB 5613
116	São José dos Pinhais	VW Kombi Passag/84	BF 7513
117	São Mateus do Sul	GM Caravan Ambul/88	BV 1183
118	São Sebastião da Amoreira	GM Caravan Ambul/83	BX 4294
119	São Tomé	GM Caravan Ambul/83	BX 7286
120	Saponema	GM Caravan Ambul/88	BU 7310
121	Sarandi	VW Kombi Ambul/83	CB 5603
122	Sengés	GM Caravan Ambul/88	BX 4356
123	Sertaneja	GM Caravan Ambul/88	BX 4290
124	Teixeira Soares	Ford F 75 Pick-Up/74	CV 3381
125	Telêmaco Borba	VW Kombi Passag/86	BO 9867
126	Telêmaco Borba	GM Caravan Ambul/88	BX 4142
127	Telêmaco Borba	VW Kombi Passag/84	BF 7613
128	Terra Boa	GM Caravan Ambul/88	BX 4362
129	Tibagi	VW Kombi Ambul/83	CB 5633
130	Tibagi	VW Kombi Passag/86	BO 9027
131	Toledo	VW Kombi Ambul/83	CB 5643
132	Tuneiras do Oeste	GM Caravan Ambul/88	BX 4360
133	União da Vitória	VW Kombi Passag/84	BF 7543
134	Uniflor	GM Caravan Ambul/88	BX 4285
135	Vera Cruz do Oeste	GM Caravan Ambul/88	BX 4970
136	União da Vitória	GM Caravan Ambul/88	BX 4972

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Saúde do Paraná, cedeu em comodato aos diversos municípios paranaenses, veículos de sua propriedade, que tem atendido em grande parte as necessidades na área de saúde municipal.

Ocorre que o município necessita investir na manutenção do veículo e ao mesmo tempo preocupa-se com a possibilidade do mesmo ser recolhido, estando apenas cedido em comodato.

Com a municipalização da saúde, visa o presente projeto assegurar ao município a segurança necessária quanto a responsabilidade, cuidado, conservação e uso adequado do veículo.

PROJETO DE LEI Nº 690/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, constituída em 02.04.71, portanto conta hoje com 22 anos de história e importantes realizações, quer pelas ações de promoção, divulgação da doutrina cooperativista e fomento à criação de sociedades cooperativistas, quer pela atuação marcante na pesquisa científica ou na defesa constante do setor agropecuário estadual e nacional.

PROJETO DE LEI Nº 691/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade pública o Lar da Criança "Dr. Bezerra de Menezes", com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Paulo Maia, Emilia Belinati, Colombino Grassano e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Fundado em março de 1989, com sede própria na Rua Estevam Leite de Negreiros, nº 806, Vila IBC, Município de Bandeirantes, o Lar da Criança "Dr. Bezerra de Menezes" é pessoa jurídica de direito privado, com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos de Bandeirantes sob o nº 199, do livro "A-3", às folhas 63.

O Lar tem como finalidade precípua acolher, amparar, internar, educar e instruir crianças órfãs e desvalidas, independente de raça, cor, condições sociais, credo político ou religioso.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da entidade para tal reconhecimento, obtido através de extraordinário trabalho em favor das crianças carentes de Bandeirantes.

PROJETO DE LEI Nº 692/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a ceder em doação o veículo Kombi Passag/84, placas BF 7483 de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná - ISEPr, cedido em comodato ao Hospital Municipal Ana Fiorillo Menarin do Município de Castro-Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Saúde do Paraná, cedeu em comodato ao Hospital Municipal Ana Fiorillo Menarin, do Município de Castro-Paraná, o veículo Kombi Passag/84, placas BF 7483, que tem suprido em parte o atendimento à saúde daquela entidade.

Ocorre que, com o veículo cedido em comodato, fica a entidade insegura quanto a investimentos necessários à manutenção e conservação do veículo, não tendo certeza da permanência do mesmo.

O presente projeto, visa assegurar a entidade a segurança necessária quanto a investimentos, responsabilidade, cuidado, conservação e uso adequado do veículo.

PROJETO DE LEI Nº 693/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadania Benemérita do Estado do Paraná "post-mortem" ao Senhor Joaquim Teodoro de Oliveira, ex-Prefeito de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Filho de José Teodoro de Oliveira e Almira Lemes de Oliveira, Joaquim Teodoro de Oliveira nasceu no dia 10 de abril de 1908 em Cerqueira Cesar, Estado de São Paulo.

Em 1910, sua família radicou-se em Campo Mourão ainda sertão, e pertencente ao Município de Guarapuava.

Em 1938, assumiu as funções de Delegado de Polícia daquele município, cargo que ocupou até 1942. Participou ativamente do movimento que culminou com a emancipação político-administrativa de Campo Mourão. Lá, fundou o Diretório do PSD - Partido Social Democrático, e posteriormente, foi presidente da sigla. Essa mesma sigla o elegeu para a 1ª Legislatura da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Mourão. Com a renúncia de Daniel Portela à Presidência do Legislativo, foi eleito Presidente da Câmara Municipal em 16 de março de 1951.

Posteriormente, foi eleito prefeito municipal e fez parte da 3ª Legislatura da Câmara Municipal, no período de 1955/1959. Fundou naquele município, o diretório da ARENA.

Na iniciativa privada, atuou na agropecuária e participou dos mais ativos e importantes movimentos surgidos na região de Campo Mourão. Foi grande na sua luta pela fundação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Campo Mourão e seu presidente durante sete anos.

Em 1969, participou da fundação da COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense.

Casado com Dona Izabel Luiza de Oliveira, (in-memoriam), tiveram doze filhos.

Joaquim Teodoro de Oliveira faleceu no dia 02 de dezembro de 1981, aos 73 anos de idade.

PROJETO DE LEI Nº 694/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadania Benemérita "post-mortem" ao Senhor Alfeu Teodoro de Oliveira, ex-Prefeito Municipal de Janiópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

Curitiba, terça, em 23.11.93

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Alfeu Teodoro de Oliveira tem sua origem ligada aos desbravadores que cruzaram todo o centro do Paraná em busca de novas terras para a construção do Estado. Nasceu em 1925, juntamente com sua família foi um dos fundadores de Campo Mourão. Foi o oitavo filho de uma geração que ajudou a erguer valorosas comunidades como a sua cidade natal e as localidades à sua volta.

Muito cedo iniciou sua carreira política. Em 1956, foi suplente de vereador, e em 1959, foi o vereador mais votado pelo Município de Janiópolis (à época, distrito). Sua vocação política firmou-se ao ser eleito o 2º Prefeito de Janiópolis, em 1966. Reeleito em 1972, e mais tarde, em 1992, Alfeu Teodoro de Oliveira destacou-se como brilhante político e também como executivo, e sua maneira de governar, exercendo o poder e administrando, lembra os homens mais fortes do Brasil. Na vida privada, seu dinamismo levava-o a se levantar às 04:00 horas da manhã, quando, juntamente com sua esposa, Ana Albuquerque de Oliveira (Dona Aninha), cuidava das suas criações e distribuía o leite na porta de sua casa para a comunidade, antes deste chegar aos laticínios. Centralizador, mas extremamente bom, valorizava os seus empregados e sempre dizia da importância de alimentar muito bem o peão, para que ele pudesse ter um dia produtivo na lida agropecuária.

Homem que não mandava recados, Alfeu Teodoro de Oliveira é mais que um grande nome: é uma lenda que permanecerá viva na memória do povo de Janiópolis e região; mais que uma saudosa lembrança, fica para o povo que tanto amou, o exemplo de honestidade, simplicidade, espírito de luta e de lealdade, que o torna uma indiscutível pilastra dos construtores do Paraná.

Alfeu Teodoro de Oliveira faleceu no dia 29 de maio de 1993, vítima de acidente automobilístico, juntamente com sua esposa, quando exercia mais um mandato como Prefeito Municipal de Janiópolis.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, hoje venho à Tribuna desta Casa me posicionar quanto ao problema da corrupção sobre a CPI do Orçamento e também sobre os posicionamentos políticos aqui no Paraná.

Tenho visto, com muita preocupação, a situação que se encontra a classe política a nível de Estado pregando a moralidade.

Seria muito importante, para nós políticos, para se posicionar contra a corrupção também nós teríamos que agir politicamente de uma forma correta, porque corrupção não é somente roubar o dinheiro público. Existe muitas maneiras de corromper a população e agir de uma forma que poderíamos, e podemos classificar como corrupção.

Nós também, de outros Partidos Políticos aqui nesta Casa, temos certeza absoluta de que queremos que os corruptos de Brasília sejam cassados e punidos para que nós possamos sair na rua de cabeça erguida e dizer ao povo do Paraná que nós somos homens sérios, corretos e honestos. Mas ontem, aqui nesta Casa, houve uma movimentação para cassar os corruptos de Brasília, para se punir os corruptos de Brasília, mas seria muito importante que nós analisássemos outras formas que nós não concordamos que acontecem aqui no Paraná de corrupção. Corrupção também é coagir Prefeitos Municipais de outros Partidos para assinarem para um determinado Partido com verbas públicas; corrupção também é atender somente Municípios que são representados por Deputados que apóiam o Governo nesta Casa; corrupção também é Secretários de Estado correndo o Estado do Paraná distribuindo verbas públicas para ter apoio da população para ser candidato a Deputado. Este dinheiro que está sendo distribuído por todo o Paraná por Secretários de Estado, este dinheiro que é do povo do Paraná também é uma forma de corrupção, e que me preocupa muito. Não adianta nós fazermos manifestações públicas e pedir aos outros que não sejam corruptos quando nós agimos de uma forma errada. Preocupa-me muito, às vezes me deixa revoltado quando vejo muitas pessoas que não têm moral e que não têm dignidade nenhuma, pregando a moralidade aos políticos brasileiros.

Acredito e tenho confiança que a forma de terminarmos com a corrupção não é andarmos cantando que somos honestos. A forma de terminarmos a corrupção é nós sermos honestos e agirmos honestamente. Não adianta nós vendermos a imagem à população de uma forma mentirosa, agirmos de uma forma, procedermos de uma forma e cantamos aos quatro ventos, nos microfones, nos jornais e nas televisões, agindo de outra forma.

Ontem vi aqui a manifestação quando vi aí fora, na frente da Assembléia diversos ônibus municipais de Prefeituras que vieram trazer aqui pessoas do interior, para aquela manifestação de ontem. Esta também é uma forma de corrupção. Os Senhores Prefeitos que liberaram os seus ônibus para vir aqui ontem fazer aquela manifestação válida e até correta, não podem usar o bem público, o patrimônio público para

trazer a população do interior aqui para essa manifestação, porque se alguém quisesse vir aqui ontem para se manifestar contra a corrupção, que viessem com o seu dinheiro, não com o dinheiro da população. Quem quisesse vir aqui ontem que viesse com o seu automóvel e não viessem aqui com os ônibus das Prefeituras.

E disse e ressaltou, existem diversas formas de corrupção e corrupção é o que eu já disse, é coagir Prefeitos, é distribuir verbas públicas para ter o apoio político de alguns municípios. Corrupção também é discriminar pessoas que representam as suas regiões com a autorização da sua população. Isto também é uma forma de corrupção.

Então, tenho visto e deixo aqui registrado que muitas pessoas que pregam a moralidade pública, mas agem de uma forma que nós não concordamos, não aceitamos e achamos que também é uma forma de corrupção.

Então, vamos nós políticos agir e pregar a moralidade. Mas primeiro nós temos que pregar a moralidade dentro da nossa Casa, dentro das nossas atitudes e dentro da forma de agir publicamente, porque senão nada do que fazemos é válido e a população cada vez mais vai acreditar menos na classe política brasileira. Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, na tarde de hoje a Comissão de Constituição e Justiça, depois de analisar durante quase trinta dias o pedido de "impeachment" do Sr. Governador do Estado, formulado pelos Magistrados paranaenses, decidiu da maneira mais justa e mais correta.

Foi sensível aos argumentos daqueles que não aceitavam ser da competência daquela comissão a apreciação de matéria tão importante.

A Legislação em vigor, a Constituição do Estado do Paraná determina no seu artigo 88 que nos crimes de responsabilidade do Governador do Estado, será aplicada a Lei Federal em vigor.

Ocorre que quando os Senhores Magistrados encaminharam à Assembléia Legislativa a sua representação, o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa enviou à Comissão de Constituição e Justiça. Lá, durante quase um ano, permaneceu a representação sem ser apreciada; quando naquela ocasião devia a Comissão Executiva fazer valer o que determina a Lei Federal nº 1.079, de abril de 1950, que regula os crimes de responsabilidade do Presidente da Repúbli-

ca, dos Governadores de Estado e de Secretários de Estado.

Houve muita polêmica, houve muita discussão, mas chegou-se à conclusão, na Comissão de Constituição e Justiça, ser ela incompetente para analisar a matéria proposta pelos senhores juizes de Direito.

Mesmo porque não compete à Comissão de Constituição e Justiça julgar, condenar ou absolver o Sr. Governador do Estado.

A Lei 1.079, de 1950, vem e regula a matéria e que foi adotada por ocasião do impeachment contra o Presidente Collor, determina que uma comissão especial a ser constituída por representantes de todos os partidos políticos apreciará esta matéria. E a Comissão de Constituição e Justiça não tem poderes para isto, porque o artigo 33 apenas manda analisar o aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.

Houve por bem então e prevaleceu nesta tarde, nesta Casa e na Comissão de Constituição e Justiça, o bom senso. Prevaleceu o respeito à Constituição e ao Regimento Interno. Prevaleceu aquilo que determinava a Constituição do Estado, que a lei federal em vigor seria aplicada nos casos de crimes de responsabilidade. Não houve maioria e nem minoria na Comissão de Constituição e Justiça. Houve o bom senso. Houve a preocupação de preservar aquela Comissão como um dos sustentáculos desta Assembléia Legislativa, onde a Comissão de Constituição e Justiça tem dado várias vezes o exemplo de seriedade, de compostura, de respeito à Lei e de respeito à Constituição.

Transferiu a Comissão de Constituição e Justiça nesta tarde, por unanimidade dos seus membros, para a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa a competência para apreciar e para determinar, naturalmente como deverá ser feito, a constituição de uma Comissão Especial, como decide a Lei 1.079, de abril de 1950.

Agiu corretamente e dentro dos princípios constitucionais, dentro do respeito ao Regimento Interno, a Comissão de Constituição e Justiça. E o Sr. Presidente ao conduzir a sessão de hoje com seriedade, com serenidade, pôde mais uma vez demonstrar que aquela Comissão é responsável por seus atos e que seus integrantes procuram agir de acordo com a Constituição, com a Lei e com o Regimento Interno.

Cabe agora à Comissão Executiva decidir sobre esta matéria, porque os Senhores Magistrados ao oferecerem a representação, o fizeram com base na Lei 1.079, de abril de 1950 e sob égide desta Lei que a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa deverá decidir sobre o encaminhamento da representação dos Magistrados do Paraná.

Obrigado.

Curitiba, terça, em 23.11.93

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna para fazer um relato sobre uma participação que tive, na última quinta-feira, em Porto Alegre, designado pela Presidência desta Assembléia Legislativa, representando este Poder, numa reunião convocada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e, em nome do Bloco Parlamentar Agropecuário e desta Assembléia, assessorado pelo Dr. Paulo Gomes, nós lá estivemos representando a Assembléia num debate sobre a fuma-cultura.

Quero relembrar que nesta Casa, já aprovamos um projeto de lei que depende da sanção do Sr. Governador que regulamenta a classificação e a comercialização de fumo no Estado do Paraná.

Há uns dois, três meses passados, nós realizamos nesta Assembléia, no Plenário, um Seminário, onde as três Comissões de Agricultura das Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, presentes a esse evento, debatemos a situação dos produtores de fumo do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que são os três Estados que produzem mais de 90% do fumo produzido em nosso País.

Na sequência, participamos em Brasília, de uma audiência com o Senhor Ministro da Agricultura e com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, debatendo a questão e muitos problemas que envolvem hoje a produção, comercialização, industrialização e a própria exportação de fumo no nosso País.

Nestes debates todos foram convocados e convidados a participar dos debates, os representantes das indústrias de fumo, das associações das indústrias de fumo, do sindicato das indústrias de fumo e tanto aqui no Paraná, no nosso Seminário, quando estiveram presentes Deputados das Assembléias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do nosso Estado, os representantes das indústrias se omitiram ao debate, não comparecendo à reunião, e justamente nesta semana passada, quando estivemos em Porto Alegre, fui a um encontro chamado pelos proprietários, pelos sindicatos, pelos representantes das indústrias de fumo, para debater paralelamente o seu problema, o problema da exportação de fumo, o problema dos estoques que hoje estão sobrando no País e a necessidade da diminuição de produção e da área plantada no Brasil. Fomos lá e marcamos a posição em nome desta Assembléia e dos produtores, representando os debates já acumulados aqui na Comissão de Agricultura e que nós não nos negamos a

debater o problema das indústrias, mas que, anexado a isso, precisa-se debater o problema dos produtores e representantes das indústrias que se negaram ao debate, não comparecendo a um convite da Câmara dos Deputados na Comissão de Agricultura.

Neste próximo dia 26 de novembro, haverá a reunião do Codesul, onde o objetivo desse Encontro de Porto Alegre era tirar uma posição das Assembléias Legislativas junto a uma conversação com os governadores dos três Estados, para levar a reivindicação das indústrias ao Ministério da Indústria e Comércio, ao Ministério da Economia, para discutir e solucionar o problema das indústrias. Contestamos a ausência das indústrias nos debates anteriores, neste ato em Porto Alegre e estamos debatendo com as Comissões de Agricultura do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para que se leve no dia da reunião do Codesul com os governadores, além do documento das indústrias fazendo as suas reivindicações, levando os seus interesses aos governadores, intermediando ao governo federal a redução de impostos e outros benefícios que venham a beneficiar a indústria, também a discussão com a participação dos produtores na questão da fumicultura no nosso País.

Nesse sentido eu quero relatar a nossa participação. Lá representamos a Assembléia do Paraná, até porque o nosso Estado não é um Estado que tem indústrias de fumo, mas sim, a grande maioria. O Paraná contribui com mais de vinte por cento da produção de fumo, no entanto não temos indústrias com relação a isenção de impostos, de ICMS, nós havemos de participar também do debate com a participação dos produtores que envolvem o conjunto da produção, industrialização, comercialização de fumo e não apenas de um lado.

Neste sentido, queríamos fazer esse relato, nesta sessão de hoje.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Gostaríamos de nos manifestar mais uma vez sobre uma questão muito polêmica, que envolve na verdade quase uma centena de municípios do nosso Estado, que é a questão do ICMS gerado pelas hidrelétricas do nosso Estado e porque não dizer do Brasil.

Na verdade, existe o interesse por parte de algumas pessoas, confundir a opinião pública em relação ao ICMS e aos royalties. Queremos dizer ao Senhor Presi-

dente a Senhora e aos Senhores Deputados que são dois impostos ou duas formas de indenização ou duas compensações financeiras bem distintas.

Uma é o ICMS que é um tributo do Estado e os royalties é uma compensação financeira instituída com a Constituição de 1.988.

Até 1.988 o nosso País, nós não tínhamos a incidência de ICMS sobre a energia elétrica, nós tínhamos então somente um imposto único e com a promulgação da nova Constituição se instituiu o ICMS sobre a energia elétrica, tanto para o consumidor na hora de pagar a sua fatura mensal, como para os municípios que geram esta energia, de formar o seu índice no bolão do ICMS do Paraná ou em qualquer Estado da nossa Federação.

Em 1.989, após a promulgação da Constituição, começou-se no Brasil inteiro uma luta dos municípios energéticos que chegam hoje a 341 no seu total em nosso País, de se creditar de uma ou de outra forma através do ICMS.

Aqui no Estado do Paraná, em 1.990, quando ainda Governador Álvaro Dias e Secretário da Fazenda Hauly, com os prefeitos, principalmente, de um dos municípios lindeiros ao lado de Itaipu, fizeram, um acordo, com o ex-prefeito da Cidade de Foz do Iguaçu, que o ICMS seria creditado ou melhor dizendo, que os municípios que tiveram suas áreas alagadas, com a formação de um lago de um reservatório de uma hidrelétrica teria a participação de ICMS conforme o volume da água e é aí que eu chamo a atenção do Senhor Presidente, da Senhora e dos Senhores Deputados, o acordo foi feito. E Foz do Iguaçu recebia, sozinho, 52% do total do ICMS. O que quer dizer, em números, algo em torno de 500 mil dólares/mês. Os outros 500 mil dólares eram rateados entre os demais municípios. Mas, infelizmente, o Município de Foz do Iguaçu não quis se contentar com este acordo. Procurou seus direitos na justiça, com base na Constituição Federal, com base na Lei Estadual 8.933, com base na Lei Complementar nº 63, dizendo que caberia única e exclusivamente ao município gerador da energia ou ao município de onde saía a mercadoria o crédito deste ICMS.

Entrou Foz do Iguaçu com um processo, na 4.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública. Obteve a questão ganha.

Os demais municípios, imediatamente, entraram com um mandado de segurança e ganhamos a liminar. Foi aí que os municípios, não só os lindeiros, ao lado de Itaipu, mas todos os municípios do Paraná se conscientizaram da necessidade de reverter este quadro. Porque nós tínhamos jurisprudência, em nosso Estado, que atribua o ICMS somente ao município sede

aonde se instalava a hidrelétrica, a barragem, ou seja a casa de força.

Nós ganhamos a liminar. E o Governador do Estado do Paraná, no ano passado, o Governador Roberto Requião, após a decisão da justiça em nosso Estado, atribuindo aos 100% do ICMS, única e exclusivamente ao Município de Foz do Iguaçu, o Governador Roberto Requião dizia que ele não iria cumprir esta decisão da justiça, porque se tratava de uma discriminação. Tratava-se de uma concentração de renda num município, em prejuízo aos demais.

E o Governador do Estado, no dia 07 de dezembro de 1.992, mandava para cada Deputado da Assembléia Legislativa, uma correspondência feita pelos técnicos da Secretaria da Fazenda, assinada pelo Dr. Idelindo (sic), através da informação nº 162/92, aonde dizia que esta decisão causaria problemas sérios e prejuízos incalculáveis para os municípios que não seriam sede das hidrelétricas.

Nesta correspondência, que não foi feita por nós, enviada para a Assembléia Legislativa, relatados os nomes dos municípios paranaenses que tiveram, então, conforme decisão da justiça, os seus prejuízos.

Nós fizemos questão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para que fique registrado nos Anais desta Assembléia, o nome dos municípios, e para que os Senhores que compõem a Assembléia Legislativa, possam ter idéia da quantidade de municípios e muitos municípios os quais os Senhores, talvez, sejam representantes.

Os municípios atingidos e que tiveram as perdas, de acordo com a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Municípios que tiveram suas áreas alagadas por usinas hidrelétricas da COPEL são os seguintes: Tijucas do Sul, Morretes, Campina Grande do Sul, Bocaiúva do Sul, Bituruna, Cruz Machado, Porto Vitória, União da Vitória e Laranjeiras do Sul. Estes Municípios tiveram uma perda que varia de 26 até 1,25% do índice, não da receita do ICMS, do índice! Esta perda de 25% no caso 26% de Bituruna, desse Município, teve uma perda do ICMS não de 26%, mas revertendo esse quadro o Município de Bituruna terá o incremento de 100% praticamente do seu ICMS, para que os Senhores Deputados possam ter uma idéia o que representa exatamente essa decisão e aquilo que nós estamos falando neste momento.

E os Municípios do Estado do Paraná que tiveram as suas áreas alagadas pelas usinas da ELETROSUL; Município de Laranjeiras do Sul novamente, o Município de São João, São Jorge do Oeste, Sulina, Guapirapuava e Mangueirinha.

Esses Municípios também tiveram prejuízos, os prejuízos incalculáveis para

Curitiba, terça, em 23.11.93

muitos; mas que representa muitos e muitos milhões de cruzeiros reais na atualidade.

Agora os Municípios prejudicados com essa decisão da justiça do Estado do Paraná que tiveram suas áreas alagadas conforme correspondência, levantamento feito não por este Parlamentar, mas levantamento feito, volto a frisar, pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Paraná.

Os Municípios do Norte do Noroeste que tiveram as suas perdas e tiveram prejuízos: Os Municípios de Carlópolis, Ribeirão Claro, Santana do Itararé, Salto do Itararé, Siqueira Campos, Diamante do Norte, Itaguapé, Jardim Olinda, Paranapoema, Paranaíba, Santo Antonio do Caiuá, Terra Rica, Cambará, Jacarezinho, Alvorada do Sul, Florestópolis, Ibioporã, Itambaracá, Jataizinho, Leopoldina, Porecatu, 1º de Maio, Rancho Alegre, Santa Mariana, Sertaneja e Sertãozinho.

Esses municípios, somando todos, da COPEL, ELETROSUL e também Municípios atingidos com a construção das usinas da CESP do Estado de São Paulo, são esses que tiveram prejuízos.

E diante desta posição voltamos a frisar novamente, tentamos sobre todas as formas e atacamos sobre duas formas: uma via jurídica, com recurso especial junto ao STJ em Brasília e outra aqui na Assembléia Legislativa com um Projeto de Lei para alterar exatamente os dispositivos da lei estadual número 8.933, de 26 de janeiro.

Infelizmente nós tivemos e fomos derrotados no dia 26 de janeiro.

Eu disse ontem e à semana passada que nós havíamos perdido uma batalha, mas não havíamos perdido a guerra.

O Deputado Valdir Rossoni que já tinha um Projeto de Lei pronto, junto com a nossa pessoa, já tínhamos colhido diversas assinaturas para representar esse Projeto aqui na Assembléia Legislativa para reverter essa injustiça que havia se cometido no dia 26 de abril deste ano.

E nós falamos com o Deputado Valdir Rossoni:

"Vamos aguardar o pronunciamento do STJ em Brasília".

E agora posso dizer nesta Sessão, e faço questão de ler um trecho do acolhimento do nosso recurso quando impetramos aqui no Tribunal de Justiça junto ao STJ, um trecho daquilo que o Presidente do Tribunal de Justiça, Doutor Ronald Accioly escrevia:

"Tais contrariedades vêm embasadas na afirmação de que o venerando acórdão concluiu erroneamente que o ato jurídico da saída econômica da mercadoria se passa no Território de Foz do Iguaçu, porque:

a. a operação mercantil que formaliza a saída econômica da mercadoria, para fins de incidência do ICMS, deve ocorrer dentro do estabelecimento onde está instalada a empresa e o conceito de estabelecimento engloba todo o conjunto de instalações e aparelhamentos necessários ao negócio, inclusive o próprio edifício em que se instala, donde se infere que a atividade de geração de energia envolve todo o complexo hidrelétrico- lago, comportas, turbinas- complexos este que abrange o território dos municípios recorrentes.

b. o direito dos demais municípios lindeiros participarem da arrecadação do ICMS nada tem a ver com o direito à percepção dos royalties instituídos pela citada lei, que são direitos distintos e autônomos que podem coexistir e que não se excluem, tendo o ICMS sua matriz no artigo 158, IV da Constituição Federal e o § 1º do artigo 20 da mesma Carta estabelece a compensação financeira por exploração de recursos hídricos.

Se assim fosse, alegam os recorrentes, o Município de Foz do Iguaçu, não poderia perceber royalties pelo alagamento de suas terras ou, se os percebesse, não teria direito ao recebimento do ICMS;

c. é completa e expressa a negação do princípio da isonomia perpetrado pelo acórdão recorrido à vista de ser altamente discriminatória a atribuição, a um só município, de toda a receita decorrente do ICMS arrecadado com a venda da energia elétrica produzida pela Itaipu Binacional, a maior hidrelétrica do planeta, e da qual participam quinze municípios.

A relevância da questão veiculada nestes autos não autoriza a esta Presidência o trancamento neste prévio juízo de admissibilidade, da irresignação posta pelos municípios lindeiros, excluídos do recebimento do ICMS arrecadado frente à venda da energia elétrica de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo, conforme enfatizam os recorrentes participantes de sua existência.

Assim, merece consideração a suscitada contrariedade aos artigos 1º e 3º da Lei Complementar nº 63/90, e artigo 2º da Lei 7.990/89, mesmo porque o conceito de estabelecimento posto na irresignação induz à tese recorrente de que os municípios lindeiros deveriam participar do ICMS arrecadado bem como a justificação da compensação verificada pelos royalties estaria maculada em razão do argumento segundo os quais estes (os royalties) por se originarem de dispositivo legal específico, configuram direito diverso e independente que não exclui o discutido ICMS.

Pelo que disse e também em razão da extrema importância que se revestem os direitos questionados nestes autos, com reflexo, inclusive, na população de diversos municípios do Estado, acolho a irresignação para a abalizada análise do Superior Tribunal de Justiça.

Cumpridas as formalidades legais, subam os autos.

Publique-se.

Curitiba, 23 de junho de 1993

RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA  
Presidente

Diante desse acolhimento e diante do processo em que os municípios lindeiros recorreram ao Superior Tribunal de Justiça e, junto com o recurso, uma medida cautelar receberam - os municípios do nosso Estado e agora que existe jurisprudência não só para o Estado do Paraná mas a jurisprudência existe para os 348 municípios energéticos do Brasil inteiro.

O Sr. Basílio Zanusso - V.Exa. me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Élio Rusch, V.Exa. já, por várias oportunidades, tem se manifestado da tribuna desta Casa acerca deste pleito justo, desta reivindicação que alcança justiça agora, por parte do Superior Tribunal de Justiça com prévio acolhimento do Sr. Desembargador Ronald Accioly - Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

Peço esse aparte a V.Exa. para registrar aqui, minha solidariedade a V.Exa., anteriormente feita através do meu voto quando V.Exa. apresentou - com os demais Deputados nesta Casa, Lei que regulamentaria a matéria na nossa área em nosso Estado. O Projeto de V.Exa. não teve a maioria dos votos mas mereceu o meu voto, o meu aplauso. Tão justa a causa que V.Exa. advogou e advoga com competência certamente em virtude dos prefeitos e dos vereadores e das populações daqueles municípios, V.Exa., ao anunciar decisão do Superior Tribunal de Justiça faz com muita razão. E não só é uma vitória do seu trabalho da sua inteligência, da sua dedicação neste estudo tão difícil em se tratando de matéria de tamanha repercussão, a vitória foi não só da região como foi uma decisão justa sem dúvida alguma. Porque a Usina de Itaipu, encravada no Município de Foz do Iguaçu, não existiria, se não fossem as águas dos rios dos municípios que perderam vastíssimas áreas. Para exemplificar o que ocorreu, somente no Município de Arapoti, só para lá foram mais de 400 famílias alcançadas pela represa da maior Usina do mundo. E V.Exa. quando vai à tribuna, e faz mais de um ano que V.Exa. advoga para que o ICMS tivesse participação nos muni-

cípios lindeiros sempre contou com apoio deste Deputado como de um grande número de Deputados desta Casa.

Cumprimento V.Exa. pelo seu trabalho, pela sua dedicação que, acima de tudo, buscou justiça e, felizmente, o Tribunal Superior assim entendeu. Também a Justiça, que não só atendeu pouco mais de uma dezena de municípios que V.Exa. representa nesta Casa, mas como todos aqueles municípios com casos idênticos no Paraná e no Brasil, merece o nosso cumprimento.

Cumprimento V.Exa.!

O SR. ÉLIO RUSCH - Agradeço o Deputado Basílio Zanusso pela sua participação através do aparte.

Deputado, os municípios lindeiros - assim os denominamos - ao Lago Itaipu receberam uma liminar do Superior Tribunal da Justiça, e esperamos que esta liminar não venha a ser revogada e que o Prefeito de Foz do Iguaçu, que hoje se encontra em Brasília com toda sua equipe jurídica da prefeitura, e segundo informações com a contratação dos mais altos entendidos e especialistas em matéria tributária do nosso País defendendo Foz do Iguaçu, porque para quem teve uma receita de 240 milhões 488 mil 292 cruzeiros e cinquenta e sete centavos em outubro, com uma população menor de duzentos mil habitantes que é igual ou superior à arrecadação de ICMS de Foz do Iguaçu somando a Cidade de Londrina e Maringá juntas -, que dão 700 mil habitantes, um prefeito destes pode, sem sombra de dúvidas contratar os melhores juristas, os melhores tributaristas não só do nosso País, mas, também, do universo todo.

E nós temos esperança, Sr. Presidente, Sra. Deputada Emília, Sr. Deputado Colombino Grassano, em quem eu me espelho muitas vezes; aos Senhores Deputados do PDT que fecharam conosco no projeto no dia 26 de abril, quando tivemos o projeto rejeitado, e volto a dizer mais uma vez o único projeto na história da Assembléia Legislativa enquanto estou aqui que teve a sua votação secreta, único projeto até hoje verificado na história de três anos que sou Deputado aqui na Assembléia e nós tivemos o nosso projeto rejeitado. Eu digo, a justiça tarda mas não falha. E temos esperança, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que após o julgamento do mérito desta questão, nós possamos definitivamente adequar a lei 8.933, a lei estadual aqui que regulamenta, o ICMS em nosso Estado, para que nós possamos regulamentar através da Lei Complementar Federal nº 63, na reforma da Constituição, agora quando for regulamentada, porque eu disse no começo, o ICMS veio com o advento da nova Constituição, e muitos e muitos artigos, os Senhores Depu-

tados sabem disto muito bem, que não foram regulamentados ainda e eu apelava e muito aos Senhores Deputados, tenho apelado exatamente para a questão da justiça social e hoje ainda quando eu abro as páginas dos jornais eu reparo em todos os jornais a defesa: Dobrandino contesta decisão do ICMS - Dobrandino não aceita a decisão. Ele está certo. Ele é Prefeito de Foz do Iguaçu. Ele tem que defender os seus interesses, porque relapso e omissão é aquele que não defende os interesses da sua comunidade. Relapso é aquele que não defende os interesses do seu município, mas não podemos aceitar jamais a pecha pelos nossos adversários que nós estaríamos usando esta bandeira para ter uma projeção política. Desafio aqueles maus políticos que assim querem nos pechar, desafio a vocês Vereadores de Foz do Iguaçu, desafio a vocês políticos de Foz do Iguaçu que eu não esteja defendendo os interesses legítimos da comunidade que deteve sobremaneira e ninguém há de gritar que esses municípios perderam e sofreram na carne e vocês de Foz do Iguaçu só ganharam com Itaipu. Quem conheceu Foz do Iguaçu, a Avenida Presidente Kennedy esburacada, sem estrutura nenhuma e quem é Foz do Iguaçu hoje? Qual é a Receita de Foz do Iguaçu em ICMS? Quanto Foz do Iguaçu arrecadou? E os demais municípios que perderam?

E mais triste ainda, Sr. Presidente, quando chega ao nosso conhecimento um trabalho publicado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República estampado nos jornais do nosso Estado e nós nos damos ao luxo, há questão de dois, três meses atrás recortarmos do jornal Gazeta do Povo, quando saiu o artigo publicando o número de indigentes de todos os municípios do nosso Brasil e mais precisamente dos municípios de nosso Estado e gostaria de mais uma vez apresentar os números para os Senhores, apresentei semana passada, disse ontem e reafirmo de novo no mês de outubro o Município de Foz do Iguaçu recebeu quase três pontos acima de Curitiba, a sua receita no ICMS. Esta é a distribuição justa? Esta é a distribuição de riqueza? É assim que nós pregamos pela moralidade? É assim que nós queremos a ética na política? É assim que nós pregamos a moralidade? E a transparência é desta forma? Não. A moralidade se faz acima de tudo com justiça social.

E agora apresento os outros números para os Senhores, o Município de Foz do Iguaçu, Sr. Presidente, Orlando Pessuti, Sr. Deputado Renato Adur, Líder do Governo na Assembléia, Srs. Deputados do PMDB, Srs. Deputados do PT, Senhores Deputados do PDT, Senhores Deputados do PFL, enfim, de todos os Deputados que têm assento aqui na Assembléia, conforme o trabalho da

Secretaria de Planejamento da Presidência da República e divulgado, volto a dizer, que tenho recortado do jornal Gazeta do Povo, apresenta os seguintes números, indigentes, município por município e o percentual de cada município, e a indigência ao menos é levado em consideração nesse trabalho pela Secretaria da Presidência da República, volto a dizer, através de institutos de pesquisa, apresentam-me os seguintes números, os indigentes do Município de Santa Helena que represento aqui na Assembléia, 42,2% da sua população é indigente; o Município de São Miguel do Iguaçu, 34,3%; Terra Roxa, 32,9; Medianeira, 29,1% de sua população; Diamante do Oeste, 28%; Missal, 28%; Santa Terezinha, 28%; São José dos Palmares, 28% da sua população é indigente; Marechal Cândido Rondon, meu município, onde tenho minha base, 26,5% Guaíra, 25,8%. E agora a surpresa, o município sofrido, que ficou com os problemas sociais, Foz do Iguaçu, 14,3% de indigentes!

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Diante destes números, diante destes dados, não existe pronunciamento nenhum, não existe palavra nenhuma que possa convencer qualquer Parlamentar, ou qualquer cidadão, de mudar minha opinião. Esperamos que acima de tudo a Justiça Social e a Justiça através do Poder Judiciário sejam mantidas.

E não vamos parar por aí. Vamos continuar nossa luta. Não para resgatar o direito dos municípios lindeiros, mas resgatar um direito do Estado do Paraná.

O Sr. Colombino Grassano - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Estamos ouvindo com muita atenção o relato que V.Exa. faz sobre uma situação que está mesmo exigindo uma providência urgente. Mas nos surpreendemos com os números fornecidos por V.Exa. sobre a miséria que impera aqui no Paraná. Gostaria que V.Exa. repetisse, porque os índices são tão altos que a propaganda governamental de que aqui está dando certo o Brasil nos surpreende. Este percentual é da população de indigentes dos municípios!

O SR. ÉLIO RUSCH - Este é um trabalho, uma pesquisa feita por um Instituto de Pesquisa que existe na Secretaria da Presidência da República. E tenho os números dados dos quinze municípios.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Santa Terezinha, Vossa Excelência deu 48%?

O SR. ÉLIO RUSCH - Não, 28%

O SR. COLOMBINO GRASSANO - 48% foi qual município?

O SR. ÉLIO RUSCH - Nenhum.

E levou-se em consideração o número de indigentes a família que ganha de 0 a 2 salários mínimos.

E a média de indigentes dos 14 municípios, com exceção de Foz do Iguaçu, chega a 28%.

Conforme trabalho apresentado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Acho que o Paraná deve unir suas forças, aqui na Assembléia Legislativa.

E nós já ouvimos manifestação do Presidente desta Assembléia, Deputado Orlando Pessuti, que tem participado de reuniões em outros estados, e deverá acontecer uma reunião no dia de amanhã em outra cidade de nosso País, em reação ao artigo 155, Inciso Dez, Letra "b", da Constituição Federal, que isenta de ICMS a exportação de energia elétrica de um estado para outro.

E nós, aqui do Paraná, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Itaipu Binacional exporta 92% da sua energia para outros Estados e esses 92%, são da Itaipu - exportado para outros Estados, representa uma perda para o nosso Estado e municípios.

Mais de 13 milhões de dólares por mês, tendo em vista o dispositivo constitucional.

Volto a dizer: no artigo 155, inciso X, letra "b", que diz... estão imunes de impostos" e, na última frase: ".... e energia elétrica".

Por esse fato, o Paraná deixa de engordar o seu caixa em torno de 13 milhões de dólares por mês, só da Itaipu, fora as outras exportações de energia, fora a exportação de combustíveis, de xisto que também está isento.

Esta é a nossa outra luta, é a luta empenhada por parlamentares estaduais e federais, para que nós possamos reverter definitivamente esse quadro aqui no Estado do Paraná, porque na verdade, o nosso Estado está sendo injustiçado, está sendo lesado.

O Sr. Cezar Silvestri - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado, hoje, falando com o Prefeito de Rio Bonito, quando me reportava a respeito das manchetes dos jornais de hoje sobre a questão de liminar em Foz do Iguaçu, o Prefeito de Rio Bonito me dizia que todos os municípios que têm áreas alagadas, inclusive, independente de serem municípios que tenham barragens, ou seja, municípios que geram energia, está havendo repartição do ICMS com referência à energia elétrica, com exceção de Foz do Iguaçu.

Isso foi uma surpresa para mim, porque o Senhor falava agora em seu pronunciamento, inclusive Guarapuava, Mangueirinha, perdiam outro em função da Lei que estava dando guarida a Foz do Iguaçu.

Isso procede ou o Prefeito está errado na sua afirmativa?

O SR. ÉLIO RUSCH - Eu não posso, Deputado Cezar Silvestri, porque não tenho conhecimento dos demais municípios do nosso Estado.

Por exemplo: os municípios que tiveram suas áreas alagadas por hidrelétricas da COPEL ou da ELETROSUL ou da CESP, essa correspondência, os números dos municípios que eu tenho relatados, é uma correspondência enviada a este parlamentar pelo Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, através da Secretaria da Fazenda. Existe no Estado do Paraná, uma jurisprudência hoje. Acredito que no Paraná deve ser pago o ICMS somente ao município-sede da hidrelétrica. Se não existe, é porque o município-sede não tem entrada com uma ação na justiça, ou via administrativa, junto à Secretaria da Fazenda, porque se o município-sede, por exemplo, Pinhão.

Se o Município de Pinhão entrar na justiça, sem sombra de dúvida aqui no Paraná, ganha a questão, porque existe a jurisprudência. Acredito que se faz até necessário entrar na justiça. Um simples ato administrativo na Secretaria da Fazenda, consegue a exclusividade do ICMS das demais hidrelétricas no Estado do Paraná.

O Sr. Cezar Silvestri - No caso específico da hidrelétrica de Salto Santiago, que é da ELETROSUL, está havendo rateamento. Foi isso o que o prefeito falou, que está sendo rateado entre os demais municípios. No caso específico da hidrelétrica de Salto Santiago, que pertence à ELETROSUL.

O SR. ÉLIO RUSCH - Não posso precisar, porque não tenho trabalhado com os outros municípios. Tenho trabalhado com os municípios onde tenho a minha base eleitoral. Caberia, ilustre Deputado Cezar Silvestri, fazer esse trabalho e ver, porque hoje temos dois decretos governamentais que fixam um índice do ICMS para esse ano. Nós temos um decreto que fixou um índice pelo Governador em exercício, no ano passado, em dezembro, o Mário Pereira, e o outro decreto que revogou o decreto de dezembro, baixado pelo Governador Roberto Requião.

Caberia ao ilustre Deputado, dar uma verificada na Secretaria da Fazenda para ver se o Município de Guarapuava ou se o seu município recebe de acordo com os índices fixados pela Secretaria da Fazenda, ou de acordo com a decisão da justiça do

O Sr. Cezar Silvestri - Mas independente disso, Deputado, o que gostaríamos é de nos congratularmos com V.Exa.. Já votamos com V.Exa. esse projeto e dizer que é uma questão de justiça. Se por acaso, na justiça, os outros municípios vierem a perder para Foz do Iguaçu, se o Senhor apresentar o projeto, pode contar com o nosso voto novamente.

O SR. ÉLIO RUSCH - Agradecemos ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados, achamos válido fazermos ao menos este relato aqui na Assembléia Legislativa e para que ficasse registrada a nossa preocupação, que sempre foi a preocupação e eu acredito do Senhor Deputado, de defender os interesses das suas comunidades e dos seus municípios e daqui para frente, esperamos que esta liminar venha a se confirmar quando do julgamento do mérito deste processo e nós possamos definitivamente reverter esse quadro no nosso País todo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.  
PL, PDT, PMDB, PSDB.  
(Declinam)  
PTB.  
Com a palavra o Senhor Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero tecer algumas considerações, com relação a venda das ações da COPEL. Tivemos a oportunidade de ouvir autoridades na área energética do Paraná, mais especificamente da COPEL, mas não foram suficientemente convincentes as argumentações, as indagações dos Senhores Parlamentares, em virtude disso eu faço este pequeno pronunciamento, para que possamos fazer algumas avaliações.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A Mensagem Governamental n° 076/93, que visa obter autorização para a Venda de Ações da COPEL, não está devida e adequadamente instruída para obter discussão, muito menos aprovação.

Senão vejamos: não dispõe a Mensagem das seguintes informações básicas:

- 1) Qual o número de ações da COPEL e das que estão em poder do Estado do Paraná?
- 2) Qual a espécie destas ações? Quais as que dão direito a voto e quais as que não dão, seus totais?
- 3) Qual a cotação destes tipos de ação?
- 4) Qual é a totalidade, e tipos de ações que são do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico?

- 5) Qual o cronograma e programação das quantidades ou lotes de ações que serão postos a venda?
- 6) Quais as necessidades financeiras da COPEL? De que tratam estas necessidades?
- 7) Cobertas as necessidades imediatas e vendidas as ações, qual será o destino dos excedentes? Onde serão aplicados estes valores?

Não está escrito na Mensagem, mas está registrado na imprensa, que o Governo pretende vender as ações da COPEL para financiar a obra da Usina de Salto Caxias, que vai custar mais de um bilhão de dólares.

Ora Senhores Deputados, esta Usina se for construída não será pelo atual governo, que o máximo que possa fazer é licitar a obra e efetuar os primeiros gastos.

Admitindo-se que seja efetivamente construída a Usina de Salto Caxias, como deseja o atual Governo, também é forçoso admitir-se que o mínimo levará um período de cinco anos para a feitura da obra. Porque então vender já todas as ações se as despesas só irão acontecer no desenrolar dos próximos cinco anos?

Mas há uma questão preliminar nesta história da Usina de Salto Caxias: "estão pondo a carroça na frente dos bois", pois antes de mais nada, esta Assembléia pela exigência do artigo 209 da Constituição do Paraná, que o Senhor Requião jurou respeitar, terá que apreciar e aprovar a construção desta Usina.

Sem a aprovação do estudo de impacto ambiental pela Assembléia Legislativa, não haverá autorização para a construção de qualquer Usina no Paraná, donde concluir-se, que para driblar a Constituição, a Mensagem 067/93, omite a obra de Caxias, ficando numa genérica afirmativa de que os recursos da venda das ações, "serão destinados a investimentos em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia".

Estão invertendo a lógica das coisas. Antes de obterem a aprovação da obra, querem "pôr a mão no dinheiro" o que evidentemente não pode ser aceito, até porque, a quase totalidade destes recursos, não será usada pelo atual governo que está no final de seu tempo.

Falando em lógica, qual é realmente o interesse que está por trás de tudo isto?

No momento em que o Governo Federal anuncia a privatização do Setor Elétrico, a COPEL desesperadamente quer construir mais uma Usina, mas contraditoriamente, o Estado quer se desfazer das suas ações, formando uma corrida de venda e fazendo com que a cotação das ações em bolsa tivessem uma queda de mais de 50% do valor que possuíam a menos de sessenta dias atrás.

O outro aspecto a ser considerado ainda é o que existe uma Ação Popular contra a construção de mais uma grande Usina no Rio Iguaçu, pois no mesmo trecho do rio, podem ser feitas duas usinas e obter-se mais energia, mas poupar-se a retirada de milhares de famílias e preservar-se milhares de hectares das mais ricas e férteis terras do Paraná.

Não temos temor algum em denunciar à opinião pública, que por trás desta obra existem interesses inconfessáveis.

Já por ocasião da licitação do projeto, surgiram denúncias de superfaturamento da obra e também sobre este motivo tramita Ação Popular contra a COPEL.

Agora a pressa em licitar a obra e escolher a empreiteira e assegurar que existe dinheiro para o pagamento, tudo leva a crer que será necessário uma CPI do Tipo Orçamento da COPEL, aqui no Paraná.

Esta Assembléia cometerá suicídio político se aprovar a Mensagem do Senhor Requião, que na verdade é uma carta branca para fazer o que quiser com esta dinheirama toda, exatamente nos estertores de seu provisório mandato.

A Liderança do Governo, para ser coerente com esta Casa e zelar pelas prerrogativas deste Poder, só pode ter um procedimento: sustar a Mensagem, até que seja remetido à Casa o Estudo de Impacto Ambiental, (o RIMA) da Usina de Salto Caxias.

Restabelecida a ordem natural das coisas, aí sim, poderá ter início uma discussão sobre a venda de ações, mas para que isto tenha transparência, terá a COPEL e Governo, que claramente, dar uma radiografia detalhada da vida financeira e do cronograma de investimentos da estatal de energia.

Sem isso, tudo é nebuloso."

Encaminhei um Requerimento à Mesa, dispensando deliberação de Plenário, solicitando da Mesa, através do seu Presidente, que faça constar na pauta das Comissões a participação da Comissão de Fiscalização, para exarar parecer no projeto de lei que trata da venda de ações da COPEL. É de fundamental importância que a Comissão de Fiscalização exare seu parecer, porque é matéria pertinente à Comissão de Fiscalização.

Rogo ao ilustre Presidente, Deputado Orlando Pessuti, que defira o nosso pedido, para que a Comissão de Fiscalização possa fazer um estudo rápido e elaborar seu parecer, a fim de que uma série de dúvidas e uma série de irregularidades venham para o Plenário da Assembléia, a fim de que os Senhores Deputados possam votar com conhecimento de causa.

A grande verdade é que a Mensagem do Governo, de venda de ações da COPEL é um

tanto nebulosa e genérica. Não é específica. Os Senhores Parlamentares deverão fazer um estudo aprofundado, discutirem. E para tanto, a Comissão de Fiscalização é o órgão competente, juntamente com a Comissão de Justiça, do Orçamento e de Finanças, possam, realmente, aquilatar a importância da venda deste patrimônio público, às vésperas das eleições de 1994.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário da Liderança do PT, concedemos a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nos últimos trinta ou quarenta dias, a imprensa tem noticiado constantemente irregularidades no comportamento dos Deputados, ao indicarem verbas de subvenções sociais a entidades inexistentes - ou se existentes, de parentes; ou ainda, se existentes, não são de parentes - as vezes as verbas não é para a finalidade adequada.

O jornal "O Estado do Paraná", o Jornal do Estado, traz hoje na primeira página: "Deputado do Paraná mandava verba para a sua fundação", e cita o Deputado Federal Iensen como um dos responsáveis. Acerca de dois ou três meses atrás, esse mesmo jornal trouxe no noticiário que o ex-Deputado Cândido Bastos tinha lançado mão das verbas que tinha ido para a PMI de Pinhão e que essa verba jamais chegou àquela PMI. Basta ir no Tribunal de Contas e pegar a documentação, que realmente o Deputado Cândido Bastos pegou o cheque, mas o dinheiro não chegou lá. A documentação está no Tribunal de Contas.

O jornal de Campo Largo, "Nosso Jornal", traz: Governo Álvaro Dias liberou verba para creche fantasma em Campo Largo". Verificando esta situação, foi constatado que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná diz que a verba foi liberada e que foi aplicada legalmente. Ao analisar o processo, tal verba, requisitada por uma Senhora chamada Maria Teresa P. F. de Mosmaier, seria aplicada pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Bateias no Município de Campo Largo. Essa entidade existe, cujo Tesoureiro que assina, chama-se Levir Sebastião Rossa. Esse Tesoureiro da Associação, por coincidência, é o dono da "LSC Comércio de Materiais de Construção", onde foi comprado material para reforma da referida creche. E o Tribunal de Contas aprovou as contas, como despesa concretizada para reformar a creche. Só que, Senhores Deputados, a creche não existe em Bateias, não há essa creche.

Portanto, o que se denuncia a nível

Curitiba, terça, em 23.11.93

nacional, de verba de subvenção social, tem ocorrido em nosso Estado, como temos mostrado, como se deu em Pinhão, através do ex-Deputado Cândido Bastos, e através agora dessa creche inexistente no Distrito de Bateias. Disse lá, nesse Conselho de Desenvolvimento Comunitário, que a verba foi usada na construção ou na reforma de um barracão; mas não na creche, porque esta não existe.

Por isto apresentamos Pedido de Informações ao Governo do Estado - Pedido este que está sobre a Mesa - para que nos informe: de 87 a 93, quais foram as entidades do Estado do Paraná que receberam verbas de subvenções, sejam elas entidades públicas, privadas, fundacionais ou filantrópicas, não importa o caráter que tenham.

Aqui temos dois exemplos de verbas que saíram do Tesouro do Estado e que não foram aplicadas na finalidade que deveriam ser. E queremos saber agora, quais foram as entidades que receberam verbas, e vamos fiscalizar sim, se essas verbas foram aplicadas como mandava, fazendo visitas aos locais, uma vez que parece que são poucos os locais que o Tribunal de Contas visita para saber se foi ou não concretizada a obra. Nestes casos, nenhuma das duas foi feita como deveria ter sido: a de Pinhão não era obra, mas sim era dinheiro para compra de material, fato que não se deu.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Rosinha, acompanhei e li a matéria do "Nosso Jornal" de Campo Largo, no que diz em relação a desvio de dinheiro. Enfim, esse dinheiro foi liberado para que ali acontecesse a reforma de uma creche, onde, pelo que a gente sabe, não houve reforma alguma. O dinheiro, não se sabe onde foi colocado. Isto que se falou não é creche alguma. O que tem lá é um barracão, Deputado Rosinha, e a gente não sabe no que é usado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - É. O que eles dizem é que foi investido lá o dinheiro.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Mas quero trazer aqui o que mais me preocupa, citando a questão do ex-Governador do Paraná: esses dias escutava na televisão - na Rede Manchete - uma entrevista com o empreiteiro Cecílio do Rego Almeida, onde ele fez denúncias de irregularidades na construção de Salto Segredo. Em cima dessas irregularidades, ele demonstrou inúmeros documentos que estavam com ele e que entregou ao jornalista que o entrevistava, como provas do que estava sendo apresenta-

do.

Agora, o que mais me intrigou, Deputado Rosinha, é que este empreiteiro fez um desafio para o ex-Governador do Estado do Paraná: disse que ele - empreiteiro Cecílio do Rego Almeida - quebraria o sigilo bancário dele, desafiando o ex-Governador do Paraná para que quebre o sigilo bancário dele também e apresente ao Estado do Paraná, a este País, esta moralidade que ele tanto prega.

Então, pensei comigo mesmo: "Puxa, vou esperar resposta do ex-Governador do Paraná, para que quebre o sigilo. Se é tão puro e sério o quanto aparenta, mostre por este País afora".

Vamos aguardar, estou aguardando. E espero que apareça a realidade e que se aceite esta denúncia que este empreiteiro fez, mostre o que realmente aconteceu durante este período em que ele administrou o nosso Estado do Paraná.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência. Não vi a entrevista, mas se o desafio foi feito, foi importante.

Seria muito interessante se o ex-Governador Álvaro Dias, que sobre ele pesam inúmeras acusações de irregularidades, como a questão, por exemplo, da SAINEL, na Secretaria Estadual da Saúde, SAINEL esta que foi citada agora junto com o companheiro dele de Partido, Governador Roriz, do Distrito Federal, que essa mesma empresa que se envolveu aqui em falcaturias, tanto é que está tramitando nos Tribunais de Justiça, processos contra Manoel de Almeida e contra Delcíno Tavares, no que diz respeito a irregularidades na Secretaria da Saúde.

Uma das empresas envolvidas é a SAINEL que depois é citada a nível nacional no caso de falcaturia no Distrito Federal, com o Álvaro Dias e com o Roriz no caso lá.

É importante este desafio do empreiteiro Cecílio do Rego Almeida. Até acredito que se o empreiteiro Cecílio do Rego Almeida quebrar, permitir a quebra do sigilo bancário da conta dele, das empresas, e o ex-Governador a dele, nós, Deputados, provavelmente teremos até pouca tarefa. Vamos assistir a quantidade de lama que tem no Palácio Iguaçu, que está lá estagnada desde a gestão de Álvaro Dias, porque todos sabemos o quanto foi que as empreiteiras se envolveram no Estado e as rodovias não estão construídas - como é a questão agora da rodovia de Castro em diante, como a duplicação até Garuva - e outras mais que se iniciaram e nunca terminaram, foram até a metade ou ficaram em terraplenagem. Então, começou-se e não se terminou. Problema há. E aqui é mínimo. Isto aqui dá cerca de

dois mil dólares, mas se lançarmos mão de inúmeras deste tipo de subvenções sociais, inúmeras entidades, e descobrirmos, poderemos chegar a milhares de dólares, porque no caso são citadas duas entidades - nada mais do que isto - e elas já são irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Queremos registrar com satisfação, a presença em Plenário, do Vereador de Mandaguá, Joaquim Carlos Pinelli; a presença do Prefeito de Virmond, Osmar Palinsqui; e a presença do Deputado José Alencar Furtado.

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei em nº de 07 (sete), de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado, Valderi Mendes Vilela, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 612/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 620/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Mauá da Serra - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 628/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Querência do Norte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 636/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, mantenedora da creche Dona Letícia, com sede e foro na cidade de Nova Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 637/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Integração à Vida, com sede e foro na cidade da Lapa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 465/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que autoriza o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando obras no Hospital Dona Darcy Vargas, no Município de Rebouças. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Publ no D.A. n° 120, de 01.09.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 465/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, o Projeto de Lei n° 465/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando obras no Hospital Dona Darcy Vargas, no Município de Rebouças.

Da análise do referido projeto por tratar-se de medida meramente autorizatória, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSE ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 465/93

P A R E C E R:

O projeto de lei ora sob análise, de autoria do nobre Deputado Luiz Henrique Bona Turra, visa autorizar o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando obras no Hospital Dona Darcy Vargas, no Município de Rebouças.

Esta Comissão de Finanças, reconhecendo os objetivos meritórios da proposta e, tendo em vista que a matéria não fere princípios da proposta e, tendo em vista que a matéria não fere princípios legais e constitucionais, manifesta-se pela sua tramitação, bem como pelo parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Curitiba, terça, em 23.11.93

Sala das Comissões, em 17.11.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOAO PREIS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 465/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Henrique Bona Turra, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando obras no Hospital Dona Darcy Vargas, no Município de Rebouças.

A matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Saúde Pública não há nada que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.93

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 465/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão, o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que autoriza o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando obras no Hospital Dona Darcy Vargas, no Município de Rebouças.

O presente já foi analisado pelas Comissões de Constituição e Justiça e Saúde, tendo recebido pareceres favoráveis.

No que se refere à competência desta Comissão o presente não incorre em qualquer óbice para sua tramitação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação em plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 27.10.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 570/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 062/93, que altera dispositivos da Lei Orgânica da Coordenação da Receita do Estado, visando adequar o Plano de Carreira dos Agentes Fiscais aos dispositivos constitucionais e introduzir novos mecanismo para promoção e acesso à referida carreira. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. E C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 133, de 29.09.93, Mensagem)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 570/93

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, encaminhado pelo Poder Executivo tem por objetivo alterar dispositivos da Lei Orgânica, visando adequar o plano de carreira dos Agentes Fiscais aos dispositivos constitucionais e introduzir novos mecanismos para promoção e acesso à referida carreira.

Esta Comissão foi chamada a opinar, manifestando-se favoravelmente.

Sendo assim, é o parecer!

Sala das Comissões, em 05.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI N° 570/93

## P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 62/93, que altera dispositivos da Lei Orgânica da Coordenação da Receita do Estado, visando adequar o plano de carreira dos Agentes Fiscais aos dispositivos constitucionais e introduzir novos mecanismos para promoção e acesso à referida carreira.

Tendo sido submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça o presente recebeu parecer favorável.

Dentro da competência atribuída a esta Comissão, o projeto em debate não fere qualquer dispositivo legal e constitucional, tendo em vista que é atribuição do Executivo legislar sobre o funcionalismo público - Art. 66, da Constituição Estadual.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do presente.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 17.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 590/93, de autoria do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, que obriga as empresas dedetizadoras a fornecer aos usuários, o nome dos componentes químicos utilizados na dedetização. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 139, de 06.10.93).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 590/93

## P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 590/93 de autoria do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, tem por finalidade precípua de determinar que as empresas dedetizadoras forneçam o nome de seus componentes químicos utilizados na dedetização.

O projeto em lide vem de encontro à Lei n° 8.078, que dispõe sobre o Código de

Defesa do Consumidor onde, em seu artigo 8° expõe:

"Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar informações necessárias e adequadas a seu respeito."

Diante do exposto e, nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais e regimentais a normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Nestes termos, é o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

## PROJETO DE LEI N° 590/93

## P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 590/93, de autoria do ilustre Deputado Domingos Carvalho, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas dedetizadoras fornecerem aos usuários, o nome dos componentes químicos utilizados na dedetização.

Verificamos que a iniciativa desta proposta é altamente significativa, visando concretizar medidas de proteção à saúde das pessoas envolvidas.

Através do fornecimento da fórmula dos produtos químicos usados nas dedetizações e das informações necessárias quanto ao uso e precauções dos mesmos, resultarão em maior segurança e diminuição de riscos à saúde dos usuários.

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável, recomendando sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.11.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

## COMISSÃO DE AGRICULTURA,

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## PROJETO DE LEI N° 590/93

## P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Domingos Faustino de Carvalho, o projeto de lei em exame, tem por finalidade determinar que as empresas dedetizadoras forneçam o nome dos componentes químicos utilizados na dedetização.

A matéria foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Saúde Pública, que pronunciaram-se favoráveis à aprovação do referido projeto de lei.

Assim sendo, esta douta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, chamada a opinar, segue o entendimento das Comis-

sões supra citadas, manifestando-se favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimentos n.ºs. 4525 a 4527, 4549 e 4550, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 4528 e 4529, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4536, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 4537 e 4538, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n.ºs. 4539 a 4541, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4542, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 4543 e 4544, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 4545 a 4547, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 4551 a 4566-A, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4568, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino e Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 155, do Regimento In-

Curitiba, terça, em 23.11.93

terno.

Requerimento n.º 4522, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4569, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando seja pautado à Comissão Permanente de Fiscalização, para o devido parecer, o Projeto de Lei n.º 655/93, constante da Mensagem Governamental n.º 76/93, obedecendo o que dispõe o Art. 33, parágrafo 15, Inciso I, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Esta Presidência apresenta o seguinte despacho: INDEFIRO o pedido. Não se trata de efetivação de despesas mas, tão somente, do pedido de autorização para a alienação de ações. É competência da Comissão de Finanças questionar fatos relativos à matéria e apreciar o mérito. 23.11.93.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 465, 570 e 590/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 654, 666, 675, 679, 680 e 681/93.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 10.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Sr. Presidente, Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nereu Moura, Djalma de Almeida César, Luiz Carlos Zuk, Duílio Genari, Ademar Traiano, Élio Rusch, Júlio Bifon. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 480/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n.º 439/93, de autoria do Deputado Namiir Piacentini. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n.º 528/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cé-

sar. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 497/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 509/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/93. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 569/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 61/93. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 553/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 494/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/93. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 498/93. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 414/93, de autoria do Deputado João Preis. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 476/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 11.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões às 10:00 hs a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Domingos Carvalho, contando com presença dos seguintes Deputados: Dr. Rosinha e Antônio Costenaro. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, comunicando a presença do Senhor Wilson Pedro Zanuncini, Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Paraná, Dr. Moisés Warszawiak, Secretário Executivo da Comissão Estadual de Saúde - CES/PR, Dr. Luiz Carlos Sobânia, Conselho Regional Medicina, Sr. Lídio José Leonardi, Representante do Membro Suplente da APASEMS - Associação Paranaense de Secretários Municipais de Saúde, Sr. Amadeu Buswawe Filho, Assessor da Presidência da Tecpar, Sr. Altair Dezonet Athayde, Federação dos Emp. no Comércio do Paraná, Sr. Livaldo Genin, FAEP - Agricultura, Sr. Carlos Manuel Santos, SESA/SEP Sr. Lourival Luiz Temigare, Representante da Temipar, que passam a expor detalhadamente aos Senhores Deputados, esclarecimentos sobre Sugestões para Emendas. Após suas explicações, passam a responder as perguntas dos Sr. Deputados Dr. Rosinha e Antônio Costenaro, conforme resumo das notas taquigráficas em anexo numeradas na sequência dos debates. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião marcando outra para dia seguinte após sessão plenária, no mesmo local, com os Srs. Deputados membros da Comissão de Saúde Pública.

(a) DOMINGOS CARVALHO

Presidente  
Osmar Prestes  
Secretário